



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

**ESTUDO DO FORMATO PARA
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO
MARC
volume 1**

Margarida M. Ferreira

Ensaio APB, n. 51

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

**ESTUDO DO FORMATO PARA
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO
MARC
volume 1**

Margarida M. Ferreira

Ensaio APB, n. 51

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

**ESTUDO DO FORMATO PARA REGISTRO BIBLIOGRÁFICO
MARC
volume 1**

Margarida M. Ferreira

Ensaio APB, n. 51

**São Paulo
Fevereiro
1998**

ENSAIOS APB

Coordenação editorial: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

- MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. 1994. (Ensaio APB, 1)
- MOSTAFA, Solange Puntel. Balcão de Informações: o mercado emergente. 1994. (Ensaio APB, 2)
- TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infante-Juvenil. 1994. (Ensaio APB, 3)
- MURGIA, Eduardo. A Crise da Informação. 1994. (Ensaio APB, 4)
- OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos recursos Humanos em Bibliotecas. 1994. (Ensaio APB, 5)
- BARROS, Maria Helena T. C. de. A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise. 1994. (Ensaio APB, 6)
- DIAS, Maria Cristina Santarém et al. Alternativas para Contornar a Crise da Leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. 1994. (Ensaio APB, 7)
- FERREIRA, Marta Nosé et al. Projeto "Soma". 1994. (Ensaio APB, 8)
- LARROUDE, Rita Luisa et al. Terceira Idade: relato de uma experiência, 1991-1992. 1994. (Ensaio APB, 9)
- SILVA, Helen de Castro et al. Um espaço para a Fantasia. 1994. (Ensaio APB, 10)
- TOMAZELLI, Angela M. et al. Criança de Periferia não Lê: desmistificação. 1994. (Ensaio APB, 11)
- RIVA, Eliane Barbosa et al. Terceira Idade: programa integrado. 1994. (Ensaio APB, 12)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Espaço da Biblioteca: uma reflexão. 1994. (Ensaio APB, 13)
- VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Leitura Técnica e seu Papel na Pesquisa & Desenvolvimento. Jan. 1995. (Ensaio APB, 14)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. Fev. 1995. (Ensaio APB, 15)
- VALLS, Valéria. O espaço do bibliotecário no gerenciamento de documentos do Sistema da Qualidade. Mar. 1995. (Ensaio APB, 16)
- CARDIN, Tânia Maria Sanvezzo. Lixo reciclável x incentivo à leitura: uma relação que deu certo no município de Ibioporã - PR. Abr. 1995. (Ensaio APB, 17)
- LIMA, Justino Alves. Bibliotecas e bibliotecários: o perfil de um caso. Maio 1995. (Ensaio APB, 18)
- MODESTO, Fernando. Apontamentos sobre a ergonomia na implantação e uso do computador na biblioteca. Jun. 1995. (Ensaio APB, 19)
- CÔRTE, Adelaide Ramos e. Memória técnica. Jul. 1995. (Ensaio APB, 20)
- FUJINO, Asa. A gestão da informação no processo de cooperação universidade-empresa: uma visão crítica. Ago. 1995. (Ensaio APB, 21)
- FARIA, Ivete Pieruccini. Livro e leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país. Set. 1995. (Ensaio APB, 22)
- SMIT, Johanna. Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas. Out. 1995. (Ensaio APB, 23)
- SILVA, Antonio Manoel dos Santos, ALMEIDA, Glaura Maria Oliveira Barbosa de, BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O Plano de Gestão da Qualidade e sua implantação na rede de bibliotecas da UNESP: relato de uma experiência. Nov. 1995. (Ensaio APB, 24)
- VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Gestão da Qualidade e Bibliotecas Públicas: o difícil caminho para as instituições brasileiras. Dez. 1995. (Ensaio APB, 25)
- LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte I. Degradação dos materiais. Jan. 1996. (Ensaio APB, 26)
- LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte II. Um modelo de programa local. Fev. 1996. (Ensaio APB, 27)
- SOUZA, Marta Alves de. Internet: a rede global. Mar. 1996. (Ensaio APB, 28)
- MODESTO, Fernando. Combate ao vírus de computador na biblioteca. Abr. 1996. (Ensaio APB, 29)
- BARTALO, Linete et al. A importância da leitura na formação do professor. Maio. 1996. (Ensaio APB, 30)
- ARAÚJO, Eliany Alvares de. Sociedade de informação: espaço da palavra onde o silêncio mora? Jun. 1996. (Ensaio APB, 31)
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Legislação profissional do bibliotecário. Jul. 1996. (Ensaio APB, 32)
- MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Abordagem qualitativa de pesquisa em biblioteconomia: uma introdução. Ago. 1996. (Ensaio APB, 33)
- MARCHIORI, Patrícia Zeni. Eram os deuses astronautas? ou São os bibliotecários, profissionais da informação? Set. 1996. (Ensaio APB, 34)
- FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 1. Out. 1996. (Ensaio APB, 35)
- FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 2. Nov. 1996. (Ensaio APB, 36)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Roubo, depredação de materiais e campanhas educativas em bibliotecas: proposta de um modelo de avaliação. Dez. 1996. (Ensaio APB, 37)
- SOUZA, Francisco das Chagas de. O bibliotecário brasileiro e seu humanismo. Jan. 1997. (Ensaio APB, 38)
- LIMA, Justino Alves. Mobilização para uma política de conservação e manutenção de acervos contra o agente biológico humano. Fev. 1997. (Ensaio APB, 39)
- SMIT, Johanna W., MACAMBYRA, Marina M. Tratamento de multimídia. Mar. 1997. (Ensaio APB, 40)
- SANTOS, Jussara Pereira. O ensino de biblioteconomia no Mercosul: propostas de integração e harmonização curricular. Abr. 1997. (Ensaio APB, 41)
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração de tesouros monolíngues com o programa TECER: considerações sobre o uso. Maio 1997. (Ensaio APB, 42)
- BARRETO, Angela Maria. Conversas com quem gosta de informar. Jun. 1997. (Ensaio APB, 43)
- LIMA, Justino Alves. As entidades da biblioteconomia: uma tentativa de globalização e uma iniciativa de intervenção política. Jul. 1997. (Ensaio APB, 44)
- TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Linguagem documentária. Ago. 1997. (Ensaio APB, 45)
- MODESTO, Fernando. O bibliotecário e o mercado de trabalho: alguns comentários. Set. 1997. (Ensaio APB, 46)
- RECINE, Analúcia Viviani dos Santos. Análise de partituras. Out. 1997. (Ensaio APB, 47)
- TOMAÉL, Maria Inês. Informação e globalização: reflexos de uma nova era. Nov. 1997. (Ensaio APB, 48)
- FIGUEIREDO, Nice. Repensando a biblioteca pública brasileira: considerações em torno de resultados de pesquisa. Dez. 1997. (Ensaio APB, 49)
- FIGUEIREDO, Nice. Repensando a biblioteca universitária brasileira: como prosseguir - notas para um projeto de pesquisa. Jan. 1998. (Ensaio APB, 50)
- FERREIRA, Margarida M. Estudo do formato para registro bibliográfico Marc: volume 1. Fev. 1998. (Ensaio APB, 51)

ESTUDO DO FORMATO PARA REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

MARC¹

volume 1

Margarida M. Ferreira (*)

Introdução

Nos dias atuais, não é mais possível pensar a biblioteconomia, sem que se pense imediatamente em sistemas informatizados, informatização de bibliotecas, bases de dados, acesso a informação internacional, compartilhamento de registros, conversão retrospectiva e tantos outros tópicos ligados ao uso dos computadores na realização dos serviços bibliotecários.

Essa necessidade de modernização, nasceu dos avanços tecnológicos alcançados pela indústria de computadores e pela conscientização dos bibliotecários de que os acervos de suas bibliotecas não poderiam suprir todas as necessidades de pesquisa de seus usuários, necessitando portanto participar de redes nacionais e internacionais de catalogação cooperativa, no intuito de ampliar sua capacidade de atendimento, sem sobrecarregar seus orçamentos.

Outro ponto importante a ressaltar, é que a representação descritiva de um livro, é um procedimento bastante moroso, principalmente quando consideramos que num processo de automação de bibliotecas, há milhares de fichas catalográficas, a serem transformadas, num tempo relativamente curto, em registros de uma base de dados. Esse trabalho se realizado manualmente, demanda vários anos e um contingente de recursos humanos muitas vezes não disponível nas bibliotecas.

O advento de formatos padronizados, e o nascimento de bases de dados cooperativas, possibilita às bibliotecas a otimização desse processo através da aquisição de registros correspondentes às fichas catalográficas de seus acervos.

¹ As informações referentes ao formato USMARC foram traduzidas do *USMARC format for bibliographic Data*, Washington, Library of Congress, 1988.

* Graduada em Biblioteconomia e graduada em Cinema pela ECA/USP. Assistente Técnico de Direção da UNESP.

Essa integração entre bibliotecas e bases de dados, exige uma padronização não só na forma de representação descritiva do material, como também na forma de armazenamento da mesma no computador, para que programas diferentes possam compreender e intercambiar a informação bibliográfica. Assim, foram criadas normas que padronizam a forma de armazenamento da informação bibliográfica em meio magnético, para gerar um registro bibliográfico. Assim, o registro bibliográfico poderá ser enviado e recebido por qualquer computador que possua um programa capaz de decodificá-lo. A esse conjunto de normas, dá-se o nome de *formato*.

Entende-se por base de dados cooperativa, a reunião do acervo de várias bibliotecas, em meio magnético, constituindo-se em um catálogo coletivo cujos registros podem ser consultados, ou copiados por qualquer uma das bibliotecas cooperantes da base. Esse trabalho torna-se cada vez mais acessível, na medida em que essas bases se encontram disponíveis em CD-ROM ou via Internet..

Assim, por exemplo, temos nos Estados Unidos o OCLC (Online Computer Library Center), o maior serviço de catalogação cooperativa do país, que congrega milhares de bibliotecas, e gerencia o intercâmbio de registros além de outros serviços, como a comutação bibliográfica. E com sede Brasil, o Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS), coordenador do Sistema Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, cuja base de dados cooperativa - LILACS - utiliza metodologia própria, baseada em formato padrão internacional, e congrega hoje 39 países da região, totalizando mais de 600 bibliotecas cooperantes integradas, prestando também serviços de comutação bibliográfica online.

E exclusivamente brasileira temos a Rede BIBLIODATA a maior e mais importante base de dados genérica cooperativa, em atividade, congregando mais de 100 bibliotecas entre públicas e universitárias.

A Library of Congress, no princípio dos anos 60, foi a primeira instituição a se preocupar com a padronização e o intercâmbio de informação bibliográfica, tendo instituído inicialmente um programa de intercâmbio de fichas, e posteriormente integrando as facilidades da automação aos trabalhos de representação descritiva. Nascia então, um projeto piloto denominado MARC (Machine Readable Cataloging) que iniciou a padronização conhecida como formato MARC de intercâmbio de registros bibliográficos em meio magnético. Esse formato às vezes chamado de USMARC ou LCMARC, tornou-se mundialmente conhecido apenas como formato MARC.

Durante as duas décadas seguintes, sua evolução e aprimoramento contribuíram para transformá-lo não só em um formato padrão para bibliotecas americanas, mas também

para consolidá-lo internacionalmente, na medida em que os sistemas se tornavam mais acessíveis e sofisticados, utilizando-se de padrões internacionais de intercâmbio de dados como o formato ISO 2709.

O impulso dado à padronização pelo formato MARC, levou vários países, que iniciavam seu processo de automação, a estudá-lo visando sua compatibilização com as condições materiais e as normas de representação descritiva vigentes em uma determinada comunidade bibliotecária.

Neste cenário, surge no Brasil no princípio dos anos 70 o formato CALCO (Catalogação Legível por Computador). Em 1972, Alice Príncipe Barbosa, em sua tese de mestrado, intitulada Projeto CALCO, faz uma adaptação para o Brasil do MARC II. Esse formato foi adotado de imediato pela Fundação Getúlio Vargas iniciando a operação da Rede de Catalogação Cooperativa, chamada BIBLIODATA/CALCO, que desde então, tem contribuído decisivamente para o processo de informatização no Brasil.

No início da automação das bibliotecas brasileiras, não havia uma consciência formada quanto à importância da compatibilização dos formatos, as instituições encarregavam seus CPDs do desenvolvimento de programas para automação de seus acervos, sem se preocupar com a padronização em relação aos formatos existentes no mercado. Isso ocasionou o surgimento de vários formatos que não conversavam entre si, provocando o isolamento das instituições.

Na década de 80 inicia-se um esforço a nível nacional, no sentido da criação de um formato de intercâmbio, oficial, que norteasse e coibisse o desenvolvimento de novos formatos.

Internacionalmente, surge em 1973 a norma *ISO 2709 - Documentation - Format for Bibliographic Interchange on Magnetic Tape*, que especificava as exigências para um formato de intercâmbio generalizado, que irá adaptar-se, descrevendo todas as formas de materiais, suscetíveis de descrição bibliográfica, como também os dados relacionados tais como os registros de autoridade. É um formato de intercâmbio, não um formato interno da máquina. O padrão, não especifica o conteúdo da descrição bibliográfica, ele especifica apenas um diagrama geral para o registro.

Preocupado com a questão da padronização dos formatos em uso no Brasil, o IBICT inicia em 1981 uma série de reuniões visando “definir um formato padrão, legível por computador, que permitisse o intercâmbio de informações entre os sistemas automatizados já existentes ou aqueles que viessem a ser desenvolvidos e implementados” (IBICT). Em 1986, após um processo de avaliação do formato de intercâmbio, em que ele

foi enriquecido com experiências retiradas de outros formatos, após a consultoria do Sr. Alan Hopkinson do Programa Geral de Informação da UNESCO, e com a aprovação do escritório CALCO, foi publicado o Formato de Intercâmbio Bibliográfico e Catalográfico, que passou a ser conhecido como Formato IBICT.

Criação do registro bibliográfico

A criação de arquivos de registros bibliográficos, com todos os seus controles de autoridade, duplicação, consistência, etc., é a parte mais demorada, e mais cara do sistema de automação de uma biblioteca, mas também a mais importante, uma vez que todos os outros serviços se basearão neles.

Se um registro bibliográfico for corretamente preenchido, os programas poderão facilmente utilizar essas informações na elaboração de produtos tais como listagens de assuntos, títulos, fichas catalográficas, pesquisas online, etc.

Um formato padronizado facilita também a atualização ou substituição de sistemas, sem medo se perda de dados.

Um registro bibliográfico, pode ser criado através da digitação dos dados na planilha de entrada ou através do processo de conversão de dados, onde registros podem ser copiados de bases de dados servidoras.

O formato USMARC

O formato bibliográfico USMARC, padroniza a representação descritiva automatizada dos acervos bibliográficos. Os campos de dados são definidos para identificar os elementos de um registro bibliográfico como título, edição, assunto, etc., de modo a serem manipulados por computadores. Um registro USMARC, possui todas as informações de uma ficha catalográfica, além de outras, destinadas ao processamento do registro na máquina.

Um dos grandes benefícios do uso do formato USMARC é sua abrangência e flexibilidade, suportando várias formas de materiais, analisando-os em profundidade e fornecendo os passos para uma representação descritiva exaustiva dos mesmos. Cada biblioteca, de posse da tabela do formato, pode proceder à elaboração do script, ou seja, um roteiro para a confecção de uma planilha eletrônica que traz uma seleção dos campos que deverão constar do registro bibliográfico.

Para que o computador possa identificar, armazenar e recuperar informações bibliográficas, transformando-a num registro automatizado e intercambiável, é necessário que o bibliotecário forneça as indicações precisas para o processamento dessa informação em máquina e que essa informação possa ser identificada e compreendida por outros sistemas compatíveis.

De acordo a Walt Crawford, essas indicações se dão através da adoção de um formato que padronize essas informações em campos de dados (autor, título, etc.) e contenham indicadores para a criação do registro para uma base de dados.

O formato foi separado do código de catalogação; o USMARC suporta a catalogação no AACR2 mas não restringe a catalogação a um conjunto de regras.

A ficha catalográfica

Correa, Oscar Dias, 1921-

A Constituição de 1988 : contribuição crítica / Oscar Dias Correa.- 1. ed.
Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

255 p. ; 22 cm.

Inclui referencia bibliográfica e Índice.

ISBN 8521800762

1. Brasil Constituição. 2. Brasil Lei Constitucional.

342.81/023

Ficha catalográfica tradicional

A representação tradicional de armazenamento de informações bibliográficas é a ficha catalográfica. O catálogo de fichas de uma biblioteca é um meio notável que fornece uma grande quantidade de informações em um espaço reduzido. Os projetistas de catálogos online descobriram que é difícil substituir todas as funções de uma ficha catalográfica. As duas forças das fichas catalográficas estão na sua estrutura padronizada e

na flexibilidade dessa estrutura. Por exemplo, a “pista” cujo significado é conhecido pelos bibliotecários e usuários sofisticados, pode não aparecer em um livro, enquanto outro pode ter dúzias.

O registro USMARC

```
Ldr 00851nam__2200265_a_4500
001 92832722
003 DLC
005 199940715094820.6¶
008 921013s1991__bl____b____001_0_por
010 __ a__92832722_¶
020 __ a 8521800762
040 a DLC¶
    c DLC
043 a s-bl---
050 00 a KHD2914 1988.A4
    b c66 1991¶
082 00 a 342.81/023
    2 20
100 1_ a Correa, Oscar Dias,¶
    d 1921-
245 12 a A Constituição de 1988 :
    b contribuição crítica /
    c Oscar Dias Correa
250 __ a 1. ed.
260 __ a Rio de Janeiro :
    b Forense Universitária,
    c 1991.¶
300 __ a 255 p. :
    c 22 cm.¶
490 1_ a Biblioteca jurídica¶
504 __ a Inclui referência bibliográfica e índice.¶
651 _0 a Brasil¶
    x Constituição
651 _0 a Brasil¶
    x Lei constitucional.
830 _0 a Biblioteca jurídica (Forense Universitária).
```

Registro USMARC

Um registro USMARC contém todas as informações de uma ficha catalográfica, bem como algumas informações adicionais. A figura 1.2 mostra a distribuição em

parágrafos no USMARC do mesmo registro usado para produzir a ficha catalográfica na figura 1.1.

Estrutura do Registro USMARC

Um registro USMARC é composto de três elementos:

Estrutura do Registro

É uma aplicação do *American National Standard for Bibliographic Information Interchange* (ANSI Z39.2- 1979) e do *Documentation - Format for Bibliographic Information Interchange on Magnetic Tape* (ISO 2790 - 1981). Estas normas são aceitas e utilizadas pelos principais formatos de intercâmbios internacionais.

Indicação de Conteúdo

Os códigos e convenções estabelecidas para identificar e caracterizar os dados dentro do registro e permitir sua manipulação - são definidos por cada um dos formatos USMARC (Bibliográfico, Autoridade, e Coleção). No USMARC, eles são códigos de campos, indicadores, e subcampos.

Conteúdo dos elementos

O conteúdo dos elementos que compõe um registro USMARC é geralmente definido por padrões externos ao formato, como por exemplo as ISBDs, AACR 2, Library of Congress Subjects Headings (LCSH) ou outras convenções usadas pela organização criadora do registro. No entanto, o conteúdo de certos elementos de dados codificados, como por exemplo, o Líder, os campos 007 e 008, são definidos no formato USMARC.

Composição do Registro USMARC

Um registro USMARC é formado de três elementos principais:

Lider

Dados que fornecem informações para o processamento do registro. Esses dados contêm números ou códigos e são identificados pela sua posição relativa. O Lider possui o tamanho de 24 caracteres e é o primeiro campo de um registro USMARC

Diretório

Uma série de entradas que contém a localização e o tamanho de cada etiqueta (TAG) dentro do registro bibliográfico. Cada anotação possui 12 caracteres. As anotações para campos variáveis, aparecem primeiro, seguidas pela etiquetas em ordem crescente

Campos Variáveis

Os dados em um registro USMARC, estão organizados em campos variáveis, cada um identificado por 3 caracteres numéricos, que estão registrados no diretório referente a cada campo

Tipos de Campos Variáveis

Há dois tipos de campos variáveis:

Campos de controle variável

São os campos 00X. Os campos de controle variável, são estruturalmente diferentes dos campos de dados variáveis. Esses campos não contêm nem indicadores, nem subcampos. Eles podem conter ou um único dado ou uma série de dados de tamanho fixo, identificados pela posição do caracter .

Campos de dados variáveis

Os campos com etiquetas (TAGs) que não começam com 00, são campos de dados variáveis. As **etiquetas** representam o método mais comum para identificação de dados, para entrada ou manutenção. As etiquetas são a designação de nível de conteúdo, usadas para definir elementos independentes de um registro. As etiquetas transmitem significado independentemente de um determinado registro, ou até mesmo de um determinado tipo de

material. A etiqueta (TAG) bibliográfica 533 *sempre* significa “Nota de Reprodução” e a etiqueta (TAG) 651 *sempre* significa “Entrada adicional de assunto - Nome geográfico”.

Os dois níveis inferiores de designação de conteúdo, transmitem significado apenas dentro do contexto de um determinado campo. Geralmente, não tem sentido referir-se a subcampo “#b” ou a qualquer outro subcampo isoladamente, ainda que uma referência a “651#b (Nome Geográfico seguindo elemento de entrada de lugar) faz sentido perfeitamente. Dentro dos campos de dados variáveis, são usados os seguintes tipos de indicação de conteúdo:

Indicador

As duas primeiras posições, no início de cada campo de dados variáveis, interpretam ou complementam os dados contidos no campo. Os valores dos indicadores são interpretados independentemente, isto é, o seu significado não é estabelecido pelo conjunto dos indicadores. Alguns indicadores aparecem nas etiquetas definindo os conteúdos do campo de modo mais minucioso, outros dão informações sobre a fonte dos dados ou especificam o texto a preceder o campo quando este é exibido ou impresso. Os indicadores, como também os subcampos, obedecem padrões.

Subcampos

Os subcampos representam o nível inferior de designação de conteúdo no USMARC. Dois caracteres que precedem cada dado dentro do campo, que requerem tratamento separado. O subcampo consiste de um delimitador (#), seguido de um identificador de subcampo. Esses identificadores são letras minúsculas ou caracteres numéricos. Os subcampos são definidos separadamente para cada campo, embora significados paralelos sejam possíveis. A ordem dos subcampos é geralmente especificada pelos padrões de conteúdo dos dados, como nas convenções de catalogação. Um campo simples pode ter apenas um subcampo #a (por exemplo, o campo 501: “com nota”). Um campo com um conjunto complexo de elementos de dados, pode ter muitos subcampos a mais, por exemplo, o campo 600 (Entrada Adicional de Assunto - Nome Pessoal) possui vinte e seis subcampos definidos. Os subcampos geralmente ajudam a interpretar seus conteúdos, e podem permitir que estes sejam manipulados por razões especiais.

Os conteúdos dos subcampos podem ser interpretados apenas dentro de um contexto do campo. A combinação de um campo e um subcampo atribui significado específico aos dados, mas os dados podem não ser úteis separadamente.

Alguns conceitos devem ficar claros em relação aos subcampos:

Enquanto a maioria dos subcampos do USMARC começa com subcampo #a, é incorreto supor que o #a será sempre o primeiro subcampo ou até mesmo que todo campo irá conter um #a. (O campo 040 -Fonte Catalogadora- é a exceção mais clara: os registros originalmente catalogados pela LC podem não conter um #a - Agência da catalogação original)

A ordem dos subcampos dentro do próprio campo depende da prática e das regras de catalogação, e não de uma ordem arbitrária imposta como parte do USMARC, embora existam casos em que isso pode acontecer.

Exceto para os subcampos numéricos #2, #3, #4, #5, #6, #7, os códigos dos subcampos não possuem sentido independente sem o contexto do campo. Por exemplo enquanto o #x é ISSN em uma série de campos, nas entradas de assuntos adicionais, o #x é a subdivisão geral.

Os subcampos coerentemente definidos não são aplicáveis universalmente com a possível exceção do #6, um subcampo de ligação.

Do mesmo modo que as etiquetas, os subcampos suportam uma maior variedade de prática de catalogação possível do que as definidas no AACR2. Enquanto o USMARC aceita a catalogação AACR2, ele não se limita a ela.

Repetição de Campos e Subcampos

Teoricamente, todos os campos e subcampos podem ser repetidos. A natureza do dado, entretanto, às vezes impede a repetição. Por exemplo, um registro pode conter apenas um campo 100; um campo bibliográfico 100, pode conter apenas um subcampo #a (Nome Pessoal), mas pode conter mais de um subcampo #c (Títulos e outras palavras associados ao nome). A possibilidade de repetição ou não de um subcampo, são representadas por (R) ou (NR), seguindo cada campo e subcampo em cada formato USMARC.

Nível de exigência

Os registros bibliográficos e de autoridade do USMARC que são cooperação a uma base de dados, devem seguir as exigências de conteúdo dos códigos especificados nas listas de designação de conteúdos, definidas para cada campo. Os códigos são os seguintes:

M - Obrigatório: Significa que a informação deve estar presente e completa no registro.

A - Obrigatório se necessário: Significa que a informação deve estar presente, se for apropriada e se estiver disponível.

O - Opcional: Significa que a presença da informação é opcional.

U - Não aplicável: Significa que a informação é indefinida ou não é usada por causa da natureza do material, da designação de conteúdo ou de práticas das agências orientadoras.

Convenções tipográficas

São as seguintes as convenções tipográficas usadas:

0 - Representa o dígito zero aparece nos campos, caracteres fixos em posições referidas e indicadores. Este caractere deve ser diferenciado da letra **O no texto**

- Este símbolo é utilizado para delimitar parte de um subcampo.

Ex.: #a, #b...

Registros Bibliográficos

O formato USMARC para dados bibliográficos é destinado a ser um suporte para informação que comumente inclui título, nomes, assuntos notas, dados de publicação e descrição física de itens bibliográficos. O formato bibliográfico contém indicação de conteúdo para dados que apareçam nas seguintes especificações:

BK (*Livro*) - Usado para material textual, por natureza monográfico

AM (*Controle de arquivos e manuscritos*) - Usado para coleções de arquivos e manuscritos onde o controle de arquivamento é a característica principal, acima do formato ou veículo do material.

CF (*Arquivos de computador*)- Usado para informações codificadas que só podem ser processadas por computador ou máquinas afins, incluindo tanto os dados quanto os programas para processá-los.

MP (*Mapas*)- Usado para todos os tipos de material cartográfico, incluindo mapas planos e globos.

MU (*Musica*)- Usado para música impressa, registros sonoros musicais e não-musicais.

VM (*Material visual*)- Usado para meios projetáveis, gráficos bi-dimensionais, artefatos tri-dimensionais ou objetos naturais e kits. Usado também para arquivamento de materiais visuais quando o formato ou o meio estão sendo enfatizados.

SE (*Seriado*)- Usado para itens com publicação frequente, exemplo, periódicos, jornais e anuários.

Tipos de registros bibliográficos

Os registros bibliográficos do USMARC, são diferenciados dos outros tipos de registros pelo código no Líder/06 (Tipo de registro). Microformas, quer sejam originais ou reproduções, não são identificados como um tipo especial de registro, elas são incluídas com o tipo de material a elas associado. Líder/06 identifica 13 tipos de registros bibliográficos:

Texto

Registro para um item basicamente textual, seja impresso, manuscrito ou microforma. Esse tipo de registro pode ser criado usando as especificações para livros (**BK**) ou seriados (**SE**). Se forem usadas as especificações para livro (**BK**), o campo Líder/07 (Nível bibliográfico) deve ser preenchido com o código referente a Parte de monografia, Coleção ou Monografia. Se forem usadas as especificações para seriado (**SE**), o campo Líder/07 deve ser preenchido com o código correspondente a Parte de seriado.

Controle de arquivos e manuscritos

Registro para um item ou grupo de itens cujas características de arquivamento são enfatizadas sobre o formato ou veículo.

Partitura/Música manuscrita

Registros sonoros musicais e não musicais. Esses tipos de registros são criados, utilizando-se as especificações para Música (**MU**).

Mapas impressos e manuscritos

Registros para mapas impressos ou manuscritos, sejam originais ou microformas, incluindo atlas, globos ou outros tipos de material cartográfico. Esses dois tipos de registros, são criados usando as especificações para Mapas (MP)

Representação gráfica não-projetável bidimensional / kit / Objetos Naturais/Artefato tridimensional

Registros para veículo projetável (filmes, slides, vídeo, transparências.); Representação gráfica não projetável bidimensional (Desenhos, posters, gravuras.); Kits (itens que contém vários componentes de diferentes categorias de materiais); Objetos naturais (brinquedos, esculturas e fósseis). Esses quatro tipos de registros são criados usando as especificações para materiais visuais (VM)

Arquivo de computador

Registro para um conjunto de informações que são codificadas para serem processadas por computador. Esse tipo de registro é criado usando-se as especificações para arquivo de computador (CF)

A seguir, como exemplo, Script Usmarc para Monografia (vol. 2)